

## O NEERLANDÊS NAS INSTITUIÇÕES DA COMUNIDADE EUROPEIA

Na Comunidade da primeira fase, que foi em parte inspirada pela experiência Benelux — portanto nos anos 1957/58 — aceitaram-se nas suas Instituições como línguas oficiais o alemão, o francês, o italiano e o neerlandês, sendo elas as quatro línguas nacionais dos seis membros fundadores: a Alemanha Federal, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos. Com o alargamento em 1972/73 à Dinamarca, à Grã-Bretanha e à Irlanda, acrescentaram-se o dinamarquês e o inglês. Este número de línguas foi em 1980/81 aumentado com o grego, que tem um alfabeto diferente. Com a entrada da Espanha e de Portugal as línguas oficiais da Comunidade são nove, a partir dos anos 1985/86.

Não é de admirar que, ao longo destes anos todos, o uso das línguas nas Instituições tenha sido várias vezes assunto de reflexão, discussão e até de polémica, originando boatos, anedotas, entrevistas, artigos nos jornais e revistas, propostas, críticas, relatórios e falatórios, inquéritos e estudos de vários ângulos, ao nível dos estados-membros e da própria Comunidade.

A União Linguística Neerlandesa, criada em 1980, teve o bom senso de não se precipitar com as suas tarefas, mas de começar por fazer o ponto da situação nos vários domínios da sua competência. Por proposta do Conselho da Língua e Letras Neerlandesas, comissionou um estudo acerca do neerlandês nas Instituições da Comunidade Europeia no intuito de clarificar também este assunto.

Incumbido da tarefa, Werner Duthoy juntou num processo moroso — pois certos elementos foram difíceis de conseguir — os dados que abaixo se apresentam num relatório que é capaz de interessar aos leitores portugueses. Este relatório, que data de 1985, foi, portanto, elaborado na véspera da entrada oficial de Portugal, mas por ter bastantes elementos que perduram e por ter servido de base a actividades posteriores, vale a pena sintetizar aqui o seu conteúdo. Baseando-se em documentos, em dados dos serviços responsáveis e em conversações, W. Duthoy examina a base legal para o uso do neerlandês e descreve o seu uso na prática das várias Instituições da Comunidade, sendo estas o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão Europeia. O Tribunal ficou de fora, por ter um regime muito seu e por aí não existir ameaça para o neerlandês. Ele alerta para certos perigos e irregularidades, foca os principais argumentos contra e a favor do multilinguismo e dá também alguns conselhos.

Inicialmente elaborado para uso interno, a União Linguística achou por bem divulgar este relatório, que é da exclusiva responsabilidade do seu autor,

publicando-o na Série que patrocina. A brochura, que saiu em 1986, prima pela boa sistematização, pela formulação ponderada e pela linguagem acessível.

O autor começa por referir e examinar a Lei n.º 1 em oito pontos de 1958, que regulamenta oficialmente o uso das línguas na Comunidade. Chega à conclusão que se trata de uma lei muito geral que — por causa disso — permite na prática várias interpretações, explicando assim as atitudes diferenciadas das Instituições. Esta lei básica patenteia três grandes lacunas. A primeira diz respeito ao estatuto das línguas como línguas de trabalho. Com efeito existem directivas para o uso das línguas oficiais, mas há quem argumente haver uma diferença entre língua oficial e língua de trabalho. Segundo: a lei refere-se à escrita, ao texto, não tratando explicitamente da fala. Terceiro: de acordo com o ponto quatro, só as leis da Comunidade e peças de tendência geral são obrigatoriamente redigidas em todas as línguas oficiais da Comunidade. Assim não existe obrigação explícita de usar todas as línguas em todas as fases das negociações e cada Instituição pode decidir quais as peças de tendência geral.

A seguir W. Duthoy examina minuciosamente o uso das línguas na prática, chegando à conclusão que o Parlamento interpreta a lei de acordo com o espírito, a Comissão e o Conselho fazem a sua interpretação à letra.

No Parlamento o neerlandês não está ameaçado, até se nota uma interpretação maximalista. Mas nas viagens das delegações e nos grupos de trabalho o uso activo e passivo das línguas depende em grande parte da atitude dos próprios participantes. O autor acha que aqui os neerlandófonos costumam facilitar demais, deviam assumir uma atitude mais formal, para evitar que uma concessão, uma excepção, se torne regra. Esta situação no Parlamento, de maneira geral satisfatória, deve-se principalmente ao relatório do dinamarquês Nyborg, que em 1982 conseguiu aprovação por uma ampla maioria.

No Conselho depara-se com uma situação bem diferente. É preciso realçar que esta Instituição dispõe só de uma secção de tradutores permanentes. A Comissão põe à disposição os intérpretes necessários e também os tradutores free-lance. O número reduzido de tradutores da secção francesa explica-se pelo facto da maioria dos documentos ser redigida em francês. Em princípio aplica-se o sistema de uso integral das línguas oficiais mas na prática acontece que nem sempre os documentos estão à disposição na devida altura. Às vezes há só o texto básico em francês.

Neste Conselho pode-se distinguir três níveis: os grupos de trabalho, o comité das delegações permanentes e o próprio conselho de ministros. Na altura do relatório utilizaram-se ao segundo nível, por razões de eficiência, geralmente como línguas de trabalho o francês, o inglês e também, mas menos, o alemão. Ao nível dos grupos de trabalho isso acontece menos, enquanto que ao nível do próprio conselho de ministros é mesmo raro, dado a ligação estrita com as capitais: por razões políticas não se pode discriminar a este nível a língua dum estado-membro.

Finalmente o autor debruça-se sobre a Comissão Europeia. Foi aqui que mais dificuldades encontrou em obter os dados necessários. Na área da tradução consta que o número de tradutores ingleses e franceses é muito mais elevado do que, por exemplo, o dos neerlandeses. De acordo com o responsável isso deve-se ao facto de estas línguas, e às vezes também o alemão, serem utilizadas

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

como línguas de trabalho. No entanto, os documentos finais são sempre redigidos em todas as línguas oficiais da Comunidade. O grande número de tradutores italianos aponta para uma posição privilegiada, visto que esta língua não funciona como língua de trabalho. Quanto aos intérpretes, o autor constatou um paralelismo entre a cabina neerlandófona e a alemã: os seus intérpretes costumam dominar várias línguas. Isto acontece muito menos com a francesa, inglesa e italiana. Os intérpretes das cabinas grega e dinamarquesa de maneira geral dominam só duas línguas. A partir de estatísticas relativas aos serviços prestados pelas cabinas de intérpretes, W. Duthoy conclui que as línguas maioritárias recebem melhor tratamento do que as minoritárias. Na Comissão interpreta-se por sistemas muito variados, mas a constelação mais frequente na altura do relatório parece ter sido de cinco línguas para cinco, não usando o dinamarquês e o grego. Há muito tempo utiliza-se em bastantes reuniões também um sistema simplificado ou parcial, interpretando só para «grandes» línguas como o francês, o inglês e também o alemão — o que despertou críticas da parte das línguas minoritárias.

Na antevisão da entrada da Espanha e de Portugal, o que ia tornar a interpretação ainda mais complicada, a Comissão resolveu em fins de 1984 o seguinte: É preciso distinguir entre reuniões de mandatários políticos e sociais, que devem dispor das mais amplas facilidades, e reuniões de funcionários e peritos. Para as últimas devia-se utilizar o mais possível o sistema simplificado, visto que muitos destes participantes estão familiarizados com organizações internacionais e são bem capazes de deliberar nas línguas aí habitualmente usadas. Convém servir-se de sistemas assimétricos para possibilitar a qualquer delegado exprimir-se na sua própria língua, mas interpretando só para um número reduzido de línguas, pois a experiência prova ser mais fácil perceber uma língua do que exprimir-se nela de uma maneira convincente. A Comissão sublinhou que nesta sua abordagem tem sido guiada por necessidades reais e não por necessidades políticas, pois garante uma interpretação eficaz e não exclui nenhuma língua. Para W. Duthoy o ponto nevrálgico nesta afirmação é obviamente a definição de «necessidades reais». O serviço dos intérpretes reserva-se assim um grande espaço de manobra.

Os defensores do uso de um número limitado de línguas nas Instituições da Comunidade dizem que o multilinguismo leva a uma grande confusão, que não é propícia à evolução comunitária, já que impede um processo rápido e eficiente. Mas o autor argumenta que o processo está a ser mais travado pelos reflexos nacionais dos estados-membros do que pelas traduções e interpretações. O único meio de aceleração seria falar uma só língua e não interpretar, mas isso é politicamente impossível. Não se poupa tempo limitando o uso a umas poucas línguas; o que se poupa é dinheiro.

Nos relatórios de Habsburg e de Paterson apontou-se para outras Instituições como o Conselho da Europa — onde se usam só duas línguas, francês e inglês, para 21 países — e as Nações Unidas, que se limitam a cinco. Mas Nyborg argumentou tratar-se de Instituições incomparáveis. As decisões destas organizações têm força de lei só depois de serem aprovadas pelas legislações nacionais, enquanto que as resoluções da Comunidade têm imediatamente força de lei para cada estado-membro, cada cidadão e cada empresário destes estados-

-membros. Isso dificulta a limitação das línguas oficiais na Comunidade. No caso de tal ser feito, o que juridicamente agora não é possível, os governos nacionais teriam que providenciar uma tradução para as suas línguas. Isso deslocaria o problema, não o resolveria.

O motivo fundamental para um uso limitado das línguas é de ordem financeira: os custos são realmente enormes. No entanto, o relatório Nyborg relativa-os: afinal eram na altura de 2 % do orçamento geral da Comunidade. Obviamente iam aumentar muito com a entrada da Espanha e de Portugal, subindo as combinações de 42(7×6) para 72(9×8) em 1986 no sistema integral — portanto uma situação literalmente babilónica. Com a preocupação de salvaguardar o multilinguismo, Duthoy sugere a reciclagem de uma parte dos intérpretes e a amplificação do sistema de relais, quer dizer interpretação indirecta. Junta porém imediatamente a auto-crítica de que com este sistema se perde a precisão. Mas também, tem dúvidas acerca do sistema assimétrico: é essencial garantir a qualidade dos que interpretem de uma pequena língua para uma grande, por ex. do neerlandês para o inglês.

Afinal o autor acha melhor não limitar o uso das línguas minoritárias — tanto mais que nunca ninguém calculou o montante que se podia poupar com este procedimento — mas sim aproveitar as recomendações do relatório Ryan: Reduzir o próprio volume de textos, poupando assim não só nas páginas traduzidas mas também nas páginas impressas, e uma racionalização na distribuição de textos.

Os elevados custos devem-se também em parte ao facto de reunir em três cidades diferentes — Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo — o que implica gastos suplementares para deslocações e alojamento. Mas esta escolha foi política, portanto muito difícil de revogar.

Os defensores do uso integral das línguas costumam apoiar-se em três motivos: um jurídico, um cultural e um político. Já se falou aqui no jurídico. Quanto ao cultural: uma língua é mais do que um meio de comunicação e o multilinguismo é uma das características mais salientes da cultura europeia. Duthoy refere-se aqui e.o. ao relatório de Biesheuvel, Dell e Marjolin, que sublinhou que a língua é mais do que uma questão mecânica, um aspecto da organização de actividades. É um expoente de valores intelectuais e culturais. Em breve pode-se esperar da Comunidade uma política cultural. Com o fim de familiarizar melhor o cidadão comum com a Comunidade Europeia, propõe-se estimular a aprendizagem das línguas minoritárias na Europa Comunitária. Mas isso só resultará se as próprias Instituições levarem estas línguas a sério.

O terceiro motivo é político. Agora o autor apoia-se em elementos do relatório Paterson. Este chamou a atenção para o perigo de um grande grupo de pessoas se tornar linguisticamente cidadãos de segunda, se a língua deles desaparecer do espectro linguístico. Podem assim tornar-se alérgicos a uma Comunidade que os discrimina, dando a grupos de outras áreas linguísticas uma melhor posição para negociar. A maior parte das actividades da Comunidade são altamente especializadas, o que torna a documentação e as contribuições de especialistas imprescindíveis. Se é verdade que estes peritos estão geralmente familiarizados com instituições internacionais, não se pode exigir

deles que além da própria especialização ainda falem todos fluentemente línguas estrangeiras. E mesmo que assim fosse, diz Paterson, por causa da precisão têm que ter a possibilidade de exprimir-se na língua materna. Duthoy acha que os neerlandófonos deviam apoiar-se principalmente neste motivo para salvaguardar o uso equitativo da sua língua na Comissão e no Conselho.

O autor arredonda a sua exposição lembrando que, por enquanto, só por unanimidade na votação a lei que regulamenta o uso das línguas na Comunidade pode ser alternada. As delegações permanentes dos Países Baixos e da Bélgica afirmaram formalmente que não iam colaborar numa alteração desta lei linguística. Os dois governos nacionais por seu lado comunicaram que nunca iam definir a sua posição nesta matéria sem conversações bilaterais prévias. O autor porém acha estas afirmações demasiado formais. É sua convicção que na prática as línguas minoritárias estão a ser discriminadas na Comissão e no Conselho e que a lei básica está a ser minada.

No fim deste estudo W. Duthoy aconselha a União Linguística a sensibilizar todas as áreas interessadas no assunto e sugere uma acção com o dinamarquês, o grego, o italiano e o português. Segue-se uma importante bibliografia.

Em seguida gostaria de falar no Congresso Linguístico da V.A.N., que teve lugar em Bruxelas em Novembro de 1986 e cujas actas se tornaram acessíveis pela publicação em 1987. Trata-se portanto de uma actividade que teve lugar depois da entrada oficial da Espanha e de Portugal na Comunidade.

Por causa do lugar de encontro achou-se adequado escolher um tema europeu e foram convidados diversos especialistas neerlandófonos para comentar a pergunta seguinte: «A Língua Neerlandesa na Europa. Uma ou nenhuma das nove?» Os participantes vieram dos quadrantes mais diversificados: do Conselho Directivo da Comissão para línguas minoritárias da Comunidade, dos serviços de tradutores, do departamento de intérpretes, da União Linguística Neerlandesa, do Parlamento Europeu, dum instituto linguístico de renome e da própria V.A.N.

No entanto, permitimo-nos abordar esta série de contributos — todos interessantes — de outra maneira: não sintetizando-os como fizemos com o estudo de W. Duthoy, mas sim tirando deles só elementos novos ou elementos ainda não devidamente tratados. Pois, como giram à volta do mesmo tema, vão ter pontos em comum que não interessa repetir e mesmo quando se trata de argumentação diferente, temos que limitar-nos por razões de espaço.

Mas tirando aqui e acolá umas pedras de edifícios bem construídos, estes ruem. Na impossibilidade de, com este procedimento, fazer justiça às contribuições dos respectivos participantes, decidimos alinhar simplesmente os elementos, às vezes contraditórios, sem indicação precisa de sua proveniência. Podia-se dar um terceiro passo, no sentido de os agrupar e sistematizar, mas isso parece-nos uma interferência demasiado grande. Apresentamos pois os elementos pela ordem do seu aparecimento nas actas. Apesar do título do nosso contributo, que provém das próprias brochuras, o nosso único objectivo é estimular a reflexão sobre o multifacetado lado linguístico da Comunidade Europeia. Aliás, bastantes vezes não é difícil deduzir a origem dos componentes

da nossa lista. Mas não devemos precipitar-nos com atribuições: a maioria dos participantes aborda o seu tema de vários ângulos.

— O uso de línguas no intercâmbio social, e com certeza no intercâmbio internacional, tem a ver com relações políticas de poder. É assim nesta cidade, neste país e também no espaço mundial.

— Qual o critério para poder dizer que uma certa língua é internacional ou universal? O francês será? O chinês? O russo? O árabe que apresenta tanta diversificação?

— Na primeira fase da Comunidade, portanto nos princípios dos anos cinquenta, utilizou-se quase exclusivamente o francês. Todos os diplomatas e altos funcionários da altura se serviram até certo ponto desta língua. Na Bélgica, no Luxemburgo e na França isso era óbvio. Aconteceu até nos Países Baixos, na Itália e mesmo na Alemanha Federal, que naquela altura ainda não se atrevia a levantar a voz no concerto europeu.

— Com as suas quatro línguas da primeira fase a CEE ficou dentro do conhecido, pois a Suíça e a Jugoslávia funcionam também com este número.

— O argumento democrático do multilinguismo actual da Comunidade não tem fundamento: a diversidade linguística dos estados-membros não se reflecte nas Instituições. Lembremos os Bascos, Bretões, Frísios, Sardos, Catalães, Friulanos e outros povos. Não se pode argumentar tratar-se de um fenómeno periférico, visto que há mais Catalães do que Dinamarqueses, cuja língua é uma língua oficial da Comunidade. Mais: o irlandês, língua oficial da Irlanda, não funciona como língua oficial nas Instituições. Isso acontece também com o luxemburguês que, desde 1984, se tornou língua nacional do Luxemburgo. Portanto, limitando o número de línguas de trabalho, não se vá duma situação justa para uma situação injusta, mas sim duma certa forma de política linguística por outra.

— Os factores que mais contribuíram para dificultar os trabalhos de tradução e interpretação foram as primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu (que por um lado duplicaram o número dos seus membros e por outro lado aumentaram o impacto desta Instituição) e os sucessivos alargamentos dos estados-membros. Isso levou a uma maior tomada de consciência dos problemas linguísticos.

— Não se deve esquecer que o aumento dos custos coincidiu com o início da crise económica nos anos setenta.

— Há outros tipos de problemas fundamentais:

A falta de precisão nas traduções que leva a malentendidos.

A pobreza estilística dos contactos orais, que origina uma simplificação exagerada dos problemas.

O número crescente das reuniões e o aumento da produtividade dos membros do Parlamento.

A dificuldade de encontrar bons intérpretes em número suficiente por ex. para italiano/dinamarquês, neerlandês/português e de todas as línguas com o grego.

O uso de traduções de segunda mão ou de interpretações de relais.

— Convém uma abordagem modulada e flexível do uso linguístico nas quatro esferas da Comunidade, já que não é um monólito. E dentro destas

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

Instituições é preciso distinguir entre o uso público ou não, oral ou escrito, activo ou passivo da língua — salvaguardando no entanto o mais possível os direitos iguais.

— Podem-se distinguir quatro pontos de vista na discussão do uso das línguas:

Primeiro o formalista-principalista. Todas as línguas que por acaso estão nos acordos, têm que ser iguais e continuar iguais.

Segundo o pragmático. Costuma ser o ponto de vista das grandes línguas. Todavia uma das propostas mais pragmáticas veio em 1972 dos dinamarqueses: Limitar o uso das línguas ao francês e inglês. Mas para não privilegiar ninguém, os que falam inglês como língua materna usariam sempre o francês e os francófonos falariam sempre inglês. Os outros poderiam escolher. A proposta não foi aceite.

Terceiro o tecnológico. O ponto de vista optimista, de que a tecnologia poderá resolver tudo. Mais cabinas, novas máquinas, tradução automática, Systran, Eurotra e Eurodicautom.

Quarto o idealista. Recorrer a uma língua artificial, neutra. Esperanto, Ido, Inligua...

— O uso das línguas depende essencialmente do comportamento e da vontade dos próprios oradores.

— O problema torna-se sempre mais uma questão de ordem logística.

— A pergunta, se a Comunidade tem uma estrutura federal ou confederada, ainda não obteve resposta definitiva.

— No Tribunal do Luxemburgo, as identidades ou cidadãos que recorrem podem sempre usar a própria língua. A língua de quem recorre é a língua do processo, mas providenciam-se os intérpretes e tradutores necessários. As sentenças do Tribunal ficam porém redigidas nas nove línguas. Aliás, todas as brochuras e relatórios destinados a um público maior saem nas nove línguas — portanto não só a própria legislação europeia.

— Para dar uma ideia do volume de trabalho: só na Comissão traduzem-se por ano e por língua entre 60.000 e 90.000 páginas, o que leva a um total de aproximadamente 700.000. No conjunto das Instituições trabalham todos os dias cerca de três mil tradutores. Tradutores e intérpretes formam aproximadamente 16 % do pessoal total.

— É extremamente raro que um relatório destinado ao exterior não seja traduzido para todas as línguas oficiais.

— Na comunicação interna, portanto entre os próprios funcionários, existe de facto uma hierarquia de línguas. Dominar francês ou inglês costuma ser uma necessidade prática para poder tornar-se funcionário europeu.

— Com os seus vinte milhões de falantes o neerlandês é uma língua média no contexto europeu.

— O uso do neerlandês nas Instituições da Comunidade estimulou o seu domínio activo ou passivo não só por parte dos funcionários, mas também no estrangeiro.

— O neerlandês aparece em muitos glossários multilingues da Comunidade. Isso acontece também com Eurodicautom, que contém aproximadamente

130.000 termos tecnológicos em neerlandês. Assim a Comunidade reforçou a posição desta língua na Europa.

— Outra vantagem: a unidade linguística do neerlandês está a ser fomentada pelo facto, de os Países Baixos e a Bélgica utilizarem os mesmos documentos, o que pressupõe a mesma terminologia.

— Quase três quartos dos documentos a traduzir são documentos de trabalho e relatórios.

— Já tem acontecido reuniões não se efectuarem por causa de representantes dum certo país se recusarem a participar nas negociações, enquanto não tiverem a tempo os documentos de trabalho na língua deles. Os neerlandófonos têm tendência para facilitar.

— Estamos dentro da esfera de influência americana, não só nas áreas económica e política, mas também na cultural: o impacto do inglês/americano torna-se sempre mais óbvio. Com o aumento da informática, onde o inglês funciona como língua franca, esta influência vai continuar a crescer.

— Não é improvável que cheguemos nos Países Baixos e na Flandres a uma situação de bilinguismo, comparável àquela que antigamente existiu na Flandres com o francês. Aliás, é uma situação que podemos constatar neste momento nos Países Baixos com o frisio e no Luxemburgo com o alemão e o francês, por exemplo.

— A situação sócio-económica e política da Flandres mudou muito nos últimos vinte anos. É preciso evitar que se forme uma variante neerlandesa no eixo Antuérpia-Bruxelas. Trata-se de um fenómeno sócio-linguístico natural, mas duas variantes de neerlandês iam enfraquecer a sua posição na Comunidade.

— A língua padrão tem sido fomentada pela unificação da terminologia sócio-jurídica e pela coloboração nas áreas da biologia e da química.

— A língua não é um utensílio qualquer que se possa mudar sem mais nada.

— É preciso desmistificar a profissão de intérprete.

— Interpretar tem pouco a ver com plurilinguismo. O mais importante é ter um excelente domínio da língua materna — e este deixa de maneira geral muito a desejar.

— Na Comunidade interpreta-se de um certo número de línguas estrangeiras, oficialmente duas, para a língua materna. Ao contrário do que às vezes acontece no mercado livre.

— O verdadeiro bilinguismo é um fenómeno raro, o multilinguismo ainda mais.

— Interpretar não se aprende em primeira instância numa escola Berlitz ou num Instituto de Línguas. Interpretar é saber escutar, analisar rapidamente, separar o trigo do joio, exprimir na língua materna uma mensagem emitida numa outra língua.

— O domínio passivo da outra língua tem que ser vasto, mais vasto do que aquele que se adquire na escola. Pois implica estar familiarizado com a cultura do país, as suas facetas sociais e económicas. Para isso umas viagens ao estrangeiro ou uma estadia de alguns meses não bastam.

— O intérprete está na linha de fogo e ainda por cima não trabalha sozinho na cabina; enquanto que o tradutor pode consultar os seus dicionários no silêncio do seu gabinete de trabalho e, eventualmente, recorrer a um colega.

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

— No nosso mundo de negócios altamente tecnológico e complexo, é preciso especializar-se também na língua e ter um entendimento prévio do assunto a tratar.

— É mesmo preferível não ter intérprete do que ter um que não sirva.

— Há dias de cinquenta reuniões, só em Bruxelas; no conjunto da Comunidade há mais de 8.000 por ano. Às vezes não se consegue o intérprete desejado, por ex. nas combinações grego/neerlandês e português/dinamarquês.

— Os intérpretes da Comunidade têm uma formação universitária. Bastantes vezes são especialistas que adquiriram o domínio necessário das línguas em regime de pós-graduação. Hoje em dia procuram-se mais os intérpretes que ao lado ou até em vez duma das combinações clássicas, possam trabalhar para uma das línguas oficiais minoritárias. Ou pessoas bilingues que possam trabalhar para uma segunda língua materna.

— Além disso procuram-se sempre mais intérpretes-juristas, intérpretes-economistas, intérpretes-engenheiros, familiarizados com a crescente complexidade da matéria tratada. Conseguem-se, dado o desemprego no mundo universitário. Aliás, a própria Comunidade providencia estágios para académicos interessados em trabalhar como intérpretes.

— Em congressos altamente especializados, porém, o uso das línguas é muito restrito. Os peritos dos congressos internacionais muitas vezes estudam a matéria numa certa língua e continuam com esta no debate.

— O sistema de relais, que está a generalizar-se na interpretação, pode levar a atrasos e fomentar equívocos. A interpretação é provavelmente um mal necessário.

— Quando a Grã-Bretanha entrou na Comunidade em 1973, Pompidou viu no inglês uma ameaça e pediu garantias ao primeiro ministro Heath: os altos funcionários britânicos deviam dominar o francês.

— A ânsia de ver uma Comunidade com uma só língua de trabalho tem a ver com prestígio: querem impressionar os estados-não-membros com a imagem de um bloco bem sólido. Entretanto, pode-se assim relegar as controvérsias internas para segundo plano.

— Se, com os alargamentos da Comunidade, o aparelho dos serviços de tradução e interpretação se tornar gigantesco demais, podem ser retirados às Instituições e transferidos para as delegações permanentes dos estados-membros. Assim cada qual podia decidir o que se traduz e onde se utilizam intérpretes. Desta maneira ninguém pode culpar os outros.

— Nesta discussão toda sobre a limitação das línguas costuma-se utilizar como critério o número de falantes. Podia-se utilizar o critério da contribuição financeira das respectivas áreas linguísticas.

— De entre os neerlandófonos os holandeses facilitam mais do que os flamengos.

— A Comunidade está a dar os primeiros passos no domínio de uma política cultural europeia. A discriminação verificada no uso das línguas de trabalho não se reflectirá nela?

— Na Dinamarca decidiu-se aumentar o número de horas de língua materna nas escolas e reintroduzir os testes de ortografia e gramática. Serve-nos de aviso.

— Há pouco, a União Linguística Neerlandesa publicou um relatório sobre o ensino da língua materna nos Países Baixos e na Flandres, apontando para as suas carências.

— Existem na verdade problemas de recrutamento para as línguas minoritárias. Mas uma empresa — e afinal as Instituições têm muito de comum com uma empresa — que não encontra no mercado de trabalho pessoal com a preparação desejada, encarrega-se dela. A Comissão fá-lo, mas obviamente de maneira insuficiente.

— Quanto tempo ainda se manterá o princípio da unanimidade nas resoluções? Cresce a consciência de que a unanimidade fomenta o imobilismo e que, por causa disso, deve ser substituída pelo princípio da maioria. Isso pode ser o fim das pequenas línguas.

— Em 13 anos as línguas oficiais da Comunidade aumentaram de quatro para nove. Não se deve excluir a possibilidade de novos alargamentos nos próximos anos.

— A Comunidade não pode funcionar como plataforma para uma publicidade linguística barata.

— Temos que procurar mais o que nos une e não fomentar os factores que nos dividem. A pluriformidade tem que ser salvaguardada, mas um nacionalismo linguístico exagerado pode também ter um efeito negativo.

— Cuidado com as conclusões que se tiram da afirmação, correcta em si, de que a língua é mais do que um meio mecânico de comunicação. Precisamente por causa disso não convém que a comunicação passe exclusivamente pelos tradutores e intérpretes.

— Não se precisa de protecção económica para preservar a unidade política, não se precisa de protecção linguística para preservar a identidade cultural.

— O uso de uma única língua de trabalho na Comunidade, como elemento aglutinador no processo de integração, parece por enquanto uma ilusão. Seria todavia injusto banir a priori e em todas as circunstâncias, qualquer pensamento sobre uma mudança no regime linguístico. Mas antes deve ser realizada uma série de condições — tanto no próprio processo de integração como na mentalidade dos europeus e no ensino das línguas nos estados-membros.

— Uma coisa é dar a todos a possibilidade de usar a língua materna, outra coisa é forçar a utilizá-la em todas as circunstâncias, por razões patrióticas. O uso de uma outra língua pode ser uma arma no processo das negociações.

— Os membros do Parlamento Europeu foram eleitos com base nas suas convicções políticas e no seu significado para o seu país ou a sua região e não com base em critérios linguísticos. No entanto, parece sensato, na selecção dos candidatos, também ter em conta os seus conhecimentos linguísticos. Pois existe uma política de corredores. O contacto pessoal é fundamental. Quem se limita a uma só língua fica isolado e reduz assim a sua influência potencial. Isso é verdade para todos, mas principalmente para aqueles cuja língua materna tem um raio relativamente pequeno. O político que domina várias línguas pode até servir de mediador, aumentando ainda mais a sua influência.

— O domínio imperfeito da língua materna impede pensar e formular numa maneira clara. Às vezes, o facto de o próprio orador não se exprimir de maneira suficientemente lúcida, origina interpretações erradas.

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

— Ter muito trabalho e trabalhar debaixo de alta tensão podem levar a traduções que não coincidam com o original. É útil para o político dispor do original, se souber a língua, e da tradução.

— Não se deve impor na Comunidade uma única língua à força. Não se podem repetir no espaço europeu certas experiências nacionais. E sem força, numa base de consenso, não parece ser possível.

— Existe outra razão para dar importância aos conhecimentos linguísticos dos deputados europeus: a aprendizagem da língua dum outro país leva-os a conhecer e compreender melhor tal país.

— A antiga proposta de Otto von Habsburg: durante um período experimental de 15 anos limitar o uso a umas poucas línguas — o inglês, o francês, o espanhol — derivou de sua própria personalidade e do seu grande domínio de línguas.

— Traduções por computador podem resultar demasiado à letra e nivelar as relações inter-humanas.

— Quanto aos custos originados pelo multilinguismo da Comunidade: Qual o preço que estamos dispostos a pagar pela democracia?

— É preciso evitar que certos grupos sociais fiquem de fora, devido aos seus limitados conhecimentos linguísticos, apesar de terem tido uma boa formação em outras áreas. Um bom linguista ou um poliglota não é necessariamente um bom político. Por outro lado, acontece neste momento que certas pessoas podiam fazer um trabalho político muito bom e não o fazem por lhes faltarem os conhecimentos linguísticos necessários.

— Numa conversa informal com um colega, na procura de uma maioria para uma proposta ou quando o político explica as suas ideias a um funcionário, não há intérpretes.

— Em cada altura de alargamento — como por exemplo agora com a Espanha e Portugal — aparecem problemas de recrutamento de tradutores e intérpretes. Mas estes são fenómenos de transição que depois ficam superados.

— Temos que salvaguardar a cultura europeia, bem diferente da cultura universal que se caracteriza pela nivelação e americanização. As facetas mais típicas da cultura europeia são: justiça social, respeito pelos direitos do homem, apego à democracia e consideração pela identidade dos povos. E a identidade cultural está intimamente ligada à língua. Por causa disso devia-se aperfeiçoar ainda mais o multilinguismo da Comunidade — para não aumentar o fosso já existente entre os cidadãos da Europa e o seu Parlamento.

— Temos que salvaguardar o princípio do uso activo e passivo de todas as línguas oficiais da Comunidade, mas nem sempre até às últimas consequências.

— O prestígio do neerlandês não fica nem diminuído nem aumentado pela ortografia ou pela existência de variantes. O inglês tem pelo menos duas variantes bem diferentes, acompanhado de variantes ortográficas. No entanto, é uma língua de grande prestígio: pois o prestígio duma língua é uma questão de poder.

— Trocar a língua materna por outra não é sinal de orgulho ou superioridade, é sinal de servilismo e dependência. Um povo adulto fala a sua própria língua.

## ROZA HUYLEBROUCK

— Se é verdade que o prestígio duma língua é uma consequência do poder económico e político da nação que fala essa língua, duas ortografias — uma conservadora e uma progressista — não fazem bem à sua imagem no intercâmbio internacional e dificulta muito o seu ensino no estrangeiro.

Quem quiser conhecer as comunicações na íntegra e dar a César o que é de César, vai ter que aprender neerlandês ou pedir uma tradução.

Maio de 1988.

*Roza Huylebrouck*

### BIBLIOGRAFIA

DUTHOY, Werner — *Het Nederlands in de instellingen van de Europese Gemeenschap*, n.º 6 da Série *Voorzeten* da Nederlandse Taalunie, Wolters-Noordhoff Groningen e Wolters Leuven, 1986.

DEBRABANDERE, F. e GEEST, W. DE (red.) — *Het Nederlands in Europa. (G)één van de Negen?*, Brussel, 1987. Handelingen van het Nederlandse Taalcongres, Vereniging Algemeen Nederlands, 22 november 1986.